

Notas sobre a Educação Não-Sexista no Recife (Brasil, 2001-2004).

Andréa Bandeira Silva de Farias.

Cita:

Andréa Bandeira Silva de Farias (2019). *Notas sobre a Educação Não-Sexista no Recife (Brasil, 2001-2004)*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/2495>



Notas sobre a Educação Não-Sexista no Recife (Brasil, 2001-2004)

Andréa Bandeira Silva de Farias

Resumo

Esta comunicação objetiva apresentar um capítulo da obra coletiva que trata sobre a experiência da educação não-sexista implementada pela Prefeitura da Cidade do Recife-PE (Brasil), desde sua proposta, em 2001. O problema central é notar a, ainda atual, importância de políticas públicas de gênero, a partir dos resultados de vivências ocorridas em governos democráticos e populares, num contexto de avanço dos movimentos de mulheres e feministas. A metodologia adotada é historiar o contexto sócio-político em que se insere a análise, fundamentada na abordagem de Gênero, proposta por Joan Scott, sobre o documento *Revista Lilás: a educação não-sexista*, de 2004. O resultado é uma narrativa sobre a institucionalização de políticas de gênero, implementada pelo governo municipal do Recife, com destaque ao papel das feministas que integraram a estrutura municipal, desde a criação do órgão Coordenadoria da Mulher até a sua articulação com a Secretaria de Educação, para desenvolver ações em favor às demandas históricas de não-marginalização, de não-opressão e não-exploração das mulheres, a partir do debate com as acadêmicas feministas nacionais e estrangeiras: uma educação alinhada com a teoria feminista de gênero, com atenção especial ao problema do analfabetismo feminino como fator de violência, e voltada para as mulheres. A discussão reflete a atualidade das ações de reconhecimento do papel capital da educação na práxis inclusiva, tanto econômica, como política e social, do corpo feminino da sociedade. Conclui-se que as sociedades presentes que não percebem o necessário “empoderamento” das femininas marcham para o caos e para o fim da história.

Palavras-chaves: Revista Lilás. Educação não-sexista. Gênero e Políticas públicas. Coordenadoria da Mulher. Prefeitura Cidade do Recife.

Introdução

O debate sobre o papel central da educação na solução das dicotomias existentes entre mulheres e homens que resultam em desigualdades sociais entre os sexos-gêneros permanece presente. Apesar do avanço das lutas das mulheres e feministas, do desenvolvimento de paradigmas teóricos que notam tais construções discursivas em favor da manutenção das hierarquias de gênero, bem como a ampliação dos estudos sobre o papel das mulheres que explicam a subalternidade da feminina como eixo basilar



(Lugones, 2014) e motor no processo de desenvolvimento e manutenção do capitalismo e, ainda, a existência de uma crítica radical política objetivando a reversão dessa estrutura de violência contra as mulheres, percebe-se que o Brasil e o mundo enfrentam, enquanto se caminha para o fim da segunda década do século XXI, a retomada de discursos misóginos fundamentados na diferença naturalizada entre os sexos e na negação da autonomia das mulheres, reverberando em violências marcadas pelo preconceito de gênero e no crescimento do feminicídio, contrariando uma história de políticas e ações governamentais que marcaram o processo de redemocratização no Brasil, pós-ditadura e na passagem para o novo milênio, e criaram esperanças numa sociedade mais justa para as mulheres, o que revolucionaria a sociedade nacional.

Assim, o exemplo da criação do órgão Coordenadoria da Mulher, na Prefeitura da Cidade do Recife que articulou, entre outras ações, a realização, junto à Secretaria de Educação da PCR, o Plano de Educação Não-sexista (entre os anos de 2001- 2004), tema deste artigo, que é, também, um recorte de um livro escrito em parceria com colegas professoras da Rede Básica de Ensino da Prefeitura do Recife e da Universidade de Pernambuco (instituição de ensino superior do Estado de Pernambuco) demonstra-se importante porque recupera a historicidade da luta das mulheres através do campo educacional, pelo reconhecimento da subjetividade (re- construção do conhecimento) como eixo de superação da exploração feminina.

Naquele momento, a adoção de ações públicas sensíveis à realidade marginal das mulheres se demonstraram capazes de transformar o discurso sempre negativo das suas “identidades” – razão da sua subalternização, subserviência e exploração – em mote para sua inclusão social e política, para o estabelecimento da era da equidade social e esse reconhecimento deve emergir para fortalecer o movimento de mulheres e feministas, neste tempo de retrocesso.

Fundamentação do problema

A Cidade do Recife tem uma tradição econômica em que o setor terciário é predominante, com destaque histórico na intermediação comercial com Portugal na exportação do açúcar. Este setor representava no início do novo milênio 95% da riqueza municipal. Paralelamente, registra-se 58,2% da população vivendo economicamente do trabalho informal, segundo o PNAD (1999) e no contingente aproximado de 125 mil pessoas desempregadas no período, a maioria era de mulheres, acompanhando o índice nacional que registrou a taxa de desemprego feminina em cerca de 38,5% maior



que a masculina, nesse período. Importa destacar que culturalmente as mulheres são consideradas inativas e essa assertiva se reflete em número: no PNAD de 1995, para o conjunto das regiões, a taxa de inatividade das mulheres é quase o dobro da dos homens. Recife registrou, nesse mesmo ano, uma taxa média de desemprego de 10,4%, sendo 12,4% para as mulheres e 9% para os homens; uma taxa média de inatividade de 46,5%, sendo 58,9% para mulheres e 31,7% para os homens. Entre os dados apresentados por Fernandes e Picchetti (1999), ressalta-se a taxa nacional de inatividade e desemprego não se diferenciam quando as mulheres são chefes de família: taxa média de desemprego é 4,9%, sendo de 8,4% para as mulheres e 4% para os homens; taxa média de inatividade é de 20,8%, sendo de 41,2% para as mulheres e 13,4 para os homens. Quando as mulheres são cônjuges, os números saltam para 8,4% de desempregadas e 50,9% de inativas numa média de 8,4% e 50, 5%. Segundo o mesmo estudo, os fatores raça e anos de estudo ampliam as desigualdades: pessoas brancas têm melhores oportunidades e condições de subsistência em relação às pardas, negras e indígenas (essas, inclusive, sequer aparecem na curva de desemprego, apenas na de inatividade, superando percentualmente, independentemente do número de anos de estudo). A capital pernambucana acompanha essa realidade, o que demonstra a dimensão da informalidade recifense, bem como o papel fundamental das mulheres nessa economia e a necessária inserção de políticas governamentais que observem essa modalidade econômica, inclusive a interseccionalidade de gênero – sexo, sexualidade, raça –, bem como a precarização do trabalho em relação à territorialidade e às condições de moradia (houve deslocamento urbano de famílias cujas chefias – na maioria mulheres – não têm renda, estão desempregadas ou recebem até dois salários para as periferias) nos investimentos públicos. Um diagnóstico do problema a partir da abordagem de Gênero aponta para o enfrentamento dessas demandas sociais com vistas à compensação histórica da subalternização e exclusão das mulheres, bem como ao atendimento à infância e adolescência que a ela está atrelada, refletindo o entendimento de que mudanças na configuração social da feminina causa transformação na estrutura social. Tal compensação se daria na forma do reconhecimento (novo modo de conhecer e educar) do seu papel histórico e do sentido da sua “subalternização” na atual configuração do sistema-mundo, bem como do seu papel crucial na “re-configuração” horizontalizada da estrutura econômica e político-social para o *bem-viver*.



Metodología

A proposta desta comunicação é uma análise de gênero, a partir do modelo proposto por Joan Scott, da representação discursiva do projeto para uma educação não-sexista implementado pelo Governo Municipal do Recife, dentro do programa mais amplo do Plano Plurianual do Município do Recife para o quadriênio 2002/2005, a partir do seu desenvolvimento narrativo expresso na Revista Lilás, na sua terceira edição, subtitulada “Educação não-sexista”, uma revista informativa da Coordenadoria da Mulher, publicada em janeiro de 2004. No seu corpo, esse terceiro número foca no viés educacional do Plano, relacionando a Coordenadoria da Mulher (uma pasta criada em 2001, vinculada ao Gabinete Municipal, sob a direção de Andréa Butto) à Secretaria de Educação. Com linhas de ações educativas (de capacitação e intervenção pedagógicas na Rede), objetivava-se diminuir até erradicar a cultura de violência contra as mulheres, através do seu principal articulador, o Grupo de Trabalho em Orientação Sexual – GTOS, além de outras parcerias envolvidas. É possível observar nas páginas de Lilás o pensamento orientador dessas ações em consonância com os movimentos mais amplos feministas – atrelada à metodologia de Gênero –, bem como com o avanço do programa das esquerdas, resultado de conquistas de governadorias, tanto em âmbito local quanto regional e federal, num contexto favorável à implementação de políticas sociais de inclusão. A decisão de centralizar as práticas pedagógicas formais e não-formais elaboradas na problemática feminina, como se ler nas linhas da Revista, com vistas ao “empoderamento” das mulheres a partir de sua formação integral resultou do entendimento do seu papel histórico para a realização de mudanças sociais estruturais, uma vez que a sua subordinação tem o significado material e político de manutenção das desigualdades não apenas entre os sexos, também, na economia do poder.

A abordagem de Gênero adotada reúne o conceito proposto por Joan Scott (1989) e a crítica pós-colonial (descolonial) de Maria Lugones (2014) que, se entende, aprofunda a análise possível de gênero. O conceito proposto por Joan Scott possibilita extrair da aparência da realidade as diversas relações (de poder) integrantes da vida social, estabelecidas e apagadas pelo discurso moralizante hegemônico – entre os homens, entre as mulheres e os homens e entre as mulheres – de modo interseccional. A partir da compreensão do conceito, transparecem as formas naturalizadas de opressão e exclusão que estruturam, historicamente, as sociedades, sendo a naturalizada distinção entre os sexos a primeira forma de afirmar desigualdade e marcar a distinção entre o masculino e a feminina. Daí se conclui que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais e transversa a estrutura econômica: desde que a propriedade



privada é a base da economia de subsistência, o falo se transformou no símbolo do lugar de poder que se quer ocupar e as diferenças entre os corpos foram significadas e naturalizadas em sexo e sexualidade socialmente dicotômicos e hierarquicamente estabelecidos, para suportar as desigualdades resultantes do modelo de produção que impunha uma sociedade verticalizada, separada entre proprietários opressores e não-proprietários subalternos e explorados, dividida em classes. No desenvolvimento do sistema de propriedade e no acirramento dos conflitos, outras distinções se somaram, de raça, de geração etc. Tais discursos – moralizantes – do lugar adequado do sujeito e da sujeita que se reproduzem no consciente coletivo são o resultado das máscaras das lutas pelo poder (econômico) que se produzem no inconsciente coletivo. As narrativas de memória e científicas produzidas têm contribuído para a manutenção desses lugares distintos e naturalizados de poder e empoderamento de uma classe e exploração e exclusão de outra, mesmo quando se apresenta como conhecimento e narrativa do “subalterno”. Motivo pelo qual a crítica descolonial apresentada por Maria Lugones tem o papel significativo de questionar quais identidades de gênero estão sendo analisadas e se estas identidades são legítimas ou atribuídas, a partir de identidades universais estabelecidas pelo modelo autoritário e hegemônico de gênero (*genéricas*), reconhecido e aceito pelo *sistema moderno-colonial de gênero*. E ainda, se e como estas identidades imaginadas perpetuam o processo colonizador, uma vez que cristalizam o imaginário das “identidades genéricas” ao impor uma identidade.

Ainda, é preciso lidar com a experiência da “(re)significação” como parte das construções dos relatos de si, sendo o “se contar” uma resultante genérica naquilo que a memória coletiva intenta preservar de si. O “se contar”, ao tecer seu auto-retrato-o trabalho meticuloso do sonho de se projetar –, recebeu da comunidade seu cunho de moralidade, bem como sua estrutura narrativa. Antes de ser história, o relato é memória e projeção. Mesmo quando esse relato é sobre a(o) outra(o), figura um relato de si no relato sobre o(a) outro(a). A proposta é perceber a escrita sempre como escrita de si, relato de memória e projeção. Considera-se, ainda, a história como lugar e tempo de revisitação. Assim, a historiadora se apresenta na situação de (re)significação da experiência ao se aproximar do objeto de relato. Igual ao objeto, a memória da historiadora tem sexo; o sexo da memória é o sexo socialmente dominante; o “se contar” da feminina é amalgamado pelo discurso prevalecente do masculino, sendo objeto ou narradora. São considerações necessárias, uma vez que se pretende analisar a terceira edição da *Revista Lilás: Educação não-sexista* e se parte da hipótese de que em suas linhas se projeta uma imagem da feminina ao mesmo tempo destoante, nesse caso



propositiva da mulher, e afinada com a realidade-somente assim se estabelece a interlocução – para alcançar mulheres“empoderadas”. A Revista é o espaço de “re-contar de si”, de re-fazer o sentido social do papel feminino e estabelecer novos paradigmas para lugar político das mulheres na sociedade local. Da saída do anonimato e do lendário para a história.

Resultados e discussão

Na época quando a *Revista Lilás: a Educação não-sexista* foi lançada (2004), a Cidade do Recife e as outras capitais brasileiras eram marcadas pelo acentuado número de mulheres analfabetas em relação à média dos Estados (21,6% de analfabetas, IBGE, 2002) e havia uma concentração das rendas mais baixas entre as mulheres analfabetas, com ênfase nas categorias de emprego doméstico e comércio ambulante. Segundo Parry Scott (Lilás, 2004), essa realidade se explica pela migração e abrigo de mulheres mais idosas com poucas oportunidades educacionais. Ao mesmo tempo, as pesquisas indicavam que as mulheres tinham, em todo país, apresentado melhores índices de instrução, com mais anos de escolarização que os homens (no ano 2000, em média, as mulheres brancas estudavam 8,6 anos e as mulheres negras, 6,7 anos, enquanto os homens brancos estudavam 8,0 anos e os negros, 5,9 anos). As disparidades pontuais nos números têm causa nas contradições próprias da estrutura patriarcal sob a economia capitalista: a identidade negativa das mulheres serve de amalgama para as diferenças que geram desigualdades e reproduzem o sistema, ao mesmo tempo formam um exército de reserva para as situações de crise, sem perder seu caráter marginal. Assim, a dicotomia eva/maria sem paralelo na esfera masculina possibilita que as mulheres transitem entre o público e o privado no interesse da rede de poder falocêntrica, de caráter misógino.

Em Analfabetismo feminino e conjugalidade no Brasil e no Recife, Parry Scott realça que a tradição conservadora (falocêntrica e misógina) pretende a mulher informada (escolarizada) inadequada para o mercado casamenteiro – “os homens gostam de mulher analfabeta ou menos escolarizada que ele” (Lilás, 2004, p. 48): a mulher instruída representa uma ameaça ao poder masculino. O auto completa: “é provável que ele [o cônjuge] se oponha ativamente” ao esforço de alfabetização das esposas (Lilás, 2004, p. 49). Ao longo do texto, Scott ainda apresenta alguns dados significativos, com mostras do IBGE (2002), entre a população total brasileira com dez anos ou mais, as mulheres analfabetas eram 12,5% dessa, enquanto os homens somavam 13,2% e entre chefes de família, o número de homens analfabetos é menor que o número das mulheres



(Lilás, 2004, p. 49), bem como “quanto mais instrução a mulher tem, mais ela está assumindo a responsabilidade única pelo seu domicílio” (Lilás, 2004, p. 52), uma vez que a “vontade de estudar pode virar mais um de muitos pontos de atrito que levam ao questionamento da valorização da própria união” (Lilás, 2004, p. 49).

Do que se depreende: as mulheres enfrentam tripla dificuldade no seu desenvolvimento pessoal e profissional: se solteiras, com melhor condição de inserção escolar, esbarram na cultura do mercado casamenteiro; se casadas, encontram na conjugalidade a barreira para a sua inserção profissional; se chefes de família, encontram na dupla jornada de trabalho o empecilho para o seu crescimento profissional, contribuindo para o entendimento de que “o alfabetismo se torna um assunto das relações de gênero” (Lilás, 2004, p. 49).

As questões de gênero estão no cerne das demais relações sociais que separam homens e mulheres de ocuparem os mesmos lugares de poder e que definem suas condutas quando em relação uma com o outro. Assim, O analfabetismo das mulheres do Recife na Política Educacional do Município, de Leila Lourereiro (Lilás, pp. 42-44), Uma abordagem histórica da luta das mulheres pelo direito à educação, de Cecília Sardenberg (Lilás, pp. 45-47), Pesquisa sobre mulheres analfabetas: discussão inicial, de Conceição Lafayette (Lilás, pp. 53-54) são textos que complementam a debate sobre o papel central da educação na solução das dicotomias existentes entre mulheres, que resultam em desigualdade entre as mulheres e na diferença entre os sexos que nutrem a desigualdade entre homens e mulheres, bem como indicam os caminhos possíveis na adoção de políticas públicas sensíveis à realidade feminina capazes de transformar o discurso sempre presente da identidade negativa, e por isso subserviente da feminina.

Reflexões finais

A população do Brasil tem mais de 209 milhões de habitantes espalhados irregularmente num território de dimensões continentais. São mais de 4,5 milhões de mulheres (50,8%) a mais do que homens. Em 2011, o país ocupava o 6º lugar na economia do mundo. Desde o golpe empresarial-parlamentar de cunho fascista e misógino, que derrubou a primeira presidenta eleita democraticamente, Dilma Vana



Rousseff, o país vem perdendo destaque e caiu para a nona economia do mundo e, no mapa da desigualdade econômica, ocupa a 9ª posição.

Entre os dados dessa população, podemos destacar: Em 2018, 91,5% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola. Desses, 73,5% são mulheres. Cabe ressaltar que apenas 68,7% estão na idade adequada no ensino médio, e, entre os jovens brancos, 75,3% apresentam idade adequada para a série contra 63,6%, entre os jovens negros (Unibanco, 2017).

Devemos, ainda, destacar que na população com ensino superior completo as mulheres são maioria: com 23,5% de mulheres brancas e 10,4% de pardas e negras contra 20,7% de homens brancos e 7,0% de homens pardos ou negros.

Ainda assim, dados de 2017 informam: 43% dos domicílios urbanos são chefiados por mulheres, com maior concentração dessa realidade nas camadas mais pobres da população; elas são minoria nos cargos de chefia (39,1%) e em representação política (10,5%); o trabalho doméstico formal ou informal é a ocupação de 18% das brasileiras negras; a renda da trabalhadora doméstica negra correspondia a 88% do valor do salário mínimo e a 84% da renda média das trabalhadoras domésticas brancas (IBGE, 2018).

A Cidade do Recife acompanha a média desses números e registrou os seguintes dados de violência contra as mulheres: 31,2 vítimas de assassinato em 2018, sendo 1,8% (10,8 mortes) feminicídios e 3,22% (19,4 mortes) causados por conflitos afetivos ou familiares, em meio aos 75 feminicídios ocorridos no Estado de Pernambuco e 1.206, no Brasil, no mesmo período. Em média, 12 mulheres são assassinadas todos os dias no país e apenas 13,4% de mulheres formam o efetivo ativo de policiais militares e civis nas Unidades da Federação para atender mulheres vítimas de violência e computar esses dados, resultando na falta de padronização dos registros e na subnotificação dos casos de feminicídios.

O que torna mais urgentes ações como o programa *Maria da Penha vai à Escola*, da Secretaria da Mulher do Recife, inaugurada em 2013, como resultado da política de inclusão de gênero, no bojo da maior participação política das mulheres, desde as campanhas de Educação Não-sexista implementada pela primeira Coordenadoria da Mulher da Prefeitura Cidade do Recife, em 2001. *Maria da Penha vai à Escola* é uma campanha de prevenção contra a violência de gênero que alcança 299 escolas da rede municipal de ensino e se alçou à categoria de ação em 2014 (implementado pelo Decreto nº 28.980, em 2015), beneficiando discentes, professores, gestores, pais e



mães das comunidades escolares.

Referências

Coordenadoria da mulher (2004). *Revista Lilás*, 3, 74p. (Lilàs)

Fernandes, R., & Pichetti, P. (1999). Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 29(1), pp. 87-112.

Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). (2018).

Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Acesso em 2019, disponível em IBGE: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). (2011). Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília, Brasil: Ipea. Acesso em 2019, disponível em www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf

Lugones, M. (2014). Colonialidad y Género: hacia um feminismo descolonial. Em W. Mignolo, *Género y descolonialidad* (pp. 13-42). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo.

Unibanco, I. (2017). *Panorama dos Territórios*. Acesso em 2019, disponível em Observatório de Educação: https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_Pernambuco.pdf